NOTÍCIASCNTV

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 25/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2126 | 2019



RIO GRANDE DO SUL

ATENÇÃO: ALERTA CONTRA GOLPE

Aviso Urgente!

Fomos informados que há alguém se passando por advogado do sindicato para tentar aplicar um golpe contra os vigilantes. Um indivíduo não identificado, dizendo que é advogado do Sindivigilantes do Sul, ligou para um vigilante pedindo R\$ 1.500,00 para,

supostamente, liberar um alvará de precatório de R\$ 60 mil. Isso é golpe e é um crime, pois nenhum advogado do sindicato ligou e não há liberação alguma de alvará nesse valor. O vigilante desconfiou e não caiu na trapaça. Portanto, se alguém receber esse tipo de telefonema, não faça nenhum pagamento, nenhuma transferência. Imediatamente, faça contato e denuncie o fato à assessoria jurídica do sindicato, sob a responsabilidade do escritório Young, Dias, Lauxen & Lima Advogados, pelo telefone: (51) 3085-5507. Avise seus colegas!

Fonte: Sindvigilantes do Sul

ATENÇÃO VIGILANTES DA JOB/ELETROSUL: LIGAR PARA ASSESSORIA JURÍDICA OU COMPARECER NO SINDICATO



Seltec vai assumir o posto no próximo mês

O Sindivigilantes do Sul solicita que os vigilantes da JOB na Eletrosul que pretendem ser contratados pela Seltec e permanecer no posto entrem em contato com a funcionária Jaqueline, da assessoria jurídica do sindicato, com a maior urgência possível. Ligar para (51) 3224-4545 ou 3225-5070 ou comparecer no sindicato.

A JOB está deixando o posto, será substituída pela Seltec no próximo mês, mas

não cumpriu o compromisso de encaminhar a rescisão de contrato dos vigilantes. Uma possibilidade que pode ser examinada pelos vigilantes com a assessoria jurídica é a rescisão indireta, que acontece quando o empregador comete falta grave contra o empregado, como o descumprimento de normas da CLT.

Através da rescisão indireta o trabalhador tem a baixa na Carteira do Trabalho, consegue a liberação do Fundo de Garantia e o encaminhamento para o segurodesemprego.

Mas isso não quer dizer que abra mão de outros direitos sonegados pela empresa, como eventuais atrasos de pagamentos ou horas extras, por exemplo, que podem ser buscados por meio de processo na Justiça do Trabalho.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

OIT pede que Brasil avalie impacto da reforma Trabalhista e, se precisar, mude



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT

O Depois de examinar as denúncias feitas pela CUT e demais centrais de que o Brasil havia violado os direitos dos trabalhadores ao aprovar a reforma Trabalhista, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) pediu ao governo brasileiro que faça um exame do impacto da reforma e que adote eventuais mudanças, se necessário.

A entidade também recomendou que o governo prepare um informe em conjunto com trabalhadores e empregadores para ser apresentado aos peritos da OIT, segundo o blog de Jamil Chade, hospedado no portal do UOL.

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antonio Lisboa, a recomendação da OIT não é satisfatória, já que uma das opções poderia ter sido a de pedir que o Brasil adaptasse suas leis ou mesmo declarasse a reforma como uma violação das convenções.

"Mas ela [a recomendação] reforça o que tanto os trabalhadores como o comitê de peritos disseram: não houve diálogo social para aprovação da lei [trabalhista] que fere convenção 98".

Para o dirigente, que representa a CUT na Conferência, o que a OIT fez foi manter o Brasil no alvo de um exame internacional.

O Brasil entrou na "lista suja" de 24 países que estão sendo examinados por suspeitas de desrespeitar as convenções internacionais do trabalho na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, que está sendo realizada em Genebra, depois que os sindicalistas denunciaram e provaram que a reforma Trabalhista, que alterou mais de 100 itens da CLT, prejudica a classe trabalhadora.

Em nota, as centrais sindicais afirmaram que as conclusões da OIT confirmam a denúncia feita pelos trabalhadores brasileiros sobre a absoluta falta de consulta tripartite no processo de elaboração e aprovação da lei 13.467/2017, e requerem que o governo abra canais reais e efetivos de consulta.

Confira a íntegra da nota no final.

Resultado da avaliação

Nesta quarta-feira (19), a OIT divulgou os resultados da avaliação realizada pela entidade sobre as denúncias contra a reforma Trabalhista aprovada no governo do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) que, em resumo, pede que o governo retome o diálogo com os atores sociais e sindicatos sobre a reforma trabalhista. Na verdade, nunca houve diálogo para a aprovação da reforma.

No texto, o Comitê de Padrões da OIT recomenda ao governo que "continue a examinar, em cooperação e consultas com as organizações de trabalhadores e empregadores, o impacto da reforma e que decida, se necessário, adaptações apropriadas".

O Comitê ainda sugere que o governo "prepare, em consultas com empregadores e trabalhadores, um informe a ser submetido" à OIT.

Ameaça

Bruno Dalcolmo, secretário do Trabalho, respondeu com um discurso que foi interpretado como uma ameaça por parte de representantes da OIT em Genebra, ainda segundo o blog de Jamil Chade.

Segundo ele, essa conclusão mostra "como é urgente" uma reforma do sistema. Sua principais queixa é de que as decisões sobre governos são tomados por trabalhadores e empregadores, sem o envolvimento das autoridades.

"Nenhum outro sistema da família da ONU é tão fora de contato com a realidade como esse", acusou. Ele ainda disse que o Comitê da OIT não é "democrático, transparente e nem imparcial", e insistiu que seu trabalho não seria sólido.

O secretário ainda destacou como houve um

número maior de apoio ao Brasil que aqueles que o questionam e insistiu que o sistema é "importante demais para ser deixado à pressão política".

Numa frase que soou como uma ameaça, o secretário deixou claro que "há limites" para a participação do Brasil se o diálogo não for estabelecido. E ainda completou: se tal sistema continuar, o governo se reserva o direito de manter "todas as opções" sobre a mesa.

Na diplomacia, essa frase é usada quando um governo quer dar um recado de que poderia romper com a organização ou pelo menos sair de alguns de seus mecanismos.

Já fora da sala de reuniões, o secretário ouviu de interlocutores sugestões sobre como o governo deveria organizar consultas públicas com atores sociais. Mas também deixou claro que o governo não teria qualquer intenção de rever medidas adotadas e a estratégia é a de implementar a reforma de 2017, nas diferentes normativas.

Ao terminar o encontro e questionado por jornalistas, Dalcolmo negou que tenha feito uma ameaça. "Não avaliamos sair da OIT e de um comitê", garantiu. "O que temos questionado a OIT é em seu sistema de supervisão", explicou. "Nós vamos sempre cooperar com a organização", insistiu.

Ao ser perguntado sobre o que significaria a frase que ele leu sobre o fato de "todas as opções estarem sobre a mesa", ele não explicou. "Nós não temos um posicionamento neste momento. Entendemos que ouve um grande avanço na forma com a OIT tratou o Brasil. e a recomendação é natural na discussão de política públicas", disse.

Antonio Lisboa, secretário de Relações Internacionais da CUT, afirmou que o discurso e a ameaça havia sido "um blefe".

"Por mais que eles queiram, não vão sair", disse.

"O governo vem fazendo, desde o ano passado, é um ataque sem precedentes ao multilateralismo e ao OIT. O que querem? voltar a período antes da guerra?", questionou.

Confira a íntegra da nota das centrais sindicais

Nota do movimento sindical brasileiro sobre as conclusões da Comissão de Normas da OIT

As conclusões apresentadas na comissão de normas nesta manhã do dia 19 de junho confirmam a denúncia feita pelos trabalhadores brasileiros sobre a absoluta falta de consulta tripartite no processo de elaboração e aprovação da lei 13.467/2017, e requerem que o governo abra canais reais e efetivos de consulta.

Os trabalhadores brasileiros esperamos que o governo, após dois anos de solicitações de abertura de diálogo, e um desgastante processo de denúncia por violação à Convenção 98 da OIT, finalmente abra os canais para discutir as questões que nos levaram a incluir o Brasil na lista curta da Comissão de Normas.

As conclusões reforçam o que foi dito pelos trabalhadores e reconhecido pelo comitê de peritos, que não houve consulta tripartite na elaboração da lei e obrigam o governo a abrir processo de consultas para a análise dos impactos da reforma e a ouvir os trabalhadores para realizar as mudanças necessárias para minimizar os efeitos devastadores da reforma.

A comissão também impôs ao governo brasileiro a obrigatoriedade de apresentar um relatório elaborado em consulta com as organizações de trabalhadores e empregadores dentro do ciclo regular da comissão. Em outras palavras, é o reconhecimento da oit à falta de consulta que marcou o processo de elaboração e aprovação da reforma.

Os trabalhadores brasileiros reafirmam a defesa intransigente do multilateralismo, da OIT e do seu sistema de supervisão. Nos opomos frontalmente aos ataques violentos que o governo brasileiro, setor empresarial e outros governos que compartilham da mesma vocação anti-multilateralismo realizaram aqui em Genebra contra a OIT e seu sistema de controle. O tripartismo da OIT é o pilar de sustentação a nível global dos direitos dos trabalhadores e não deve ser objeto de chantagem de governos ou empregadores que não gostam de ter suas ações questionadas.

Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Força Sindical
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST)
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)

Fonte: CUT

OIT aprova Convenção sobre assédios moral e sexual no mundo do trabalho

A Convenção 190 foi aprovada após dez anos de debates entre o movimento sindical, empregadores e governos



Reprodução

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção 190 que trata da violência no mundo do trabalho. O texto aprovado é fruto de um debate, iniciado por movimentos de mulheres, que começou em 2009, na Confederação Sindical Internacional (CSI), e venceu resistências dos empregadores que consideravam o tema uma questão a ser resolvida por políticas públicas.

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Junéia Batista, considerou a elaboração da Convenção uma vitória, ainda que o texto aprovado não seja o ideal para o movimento sindical. Ela explica que os debates, que envolveram também governos, foram duros e houve a necessidade de se chegar a um consenso para que a Convenção fosse criada.

"Não era o texto dos sonhos porque queríamos destacar os vulneráveis, quem sofre racismo, sexismo, discriminação, mas não conseguimos especificar, só conseguimos especificar que trabalhadores sofrem assédio e que devem ter reparação", diz Junéia.

A Convenção 190 será aprovada oficialmente nesta sexta-feira (21), quando o relatório final da 108ª Conferência Internacional do Trabalho for apresentado para votação em plenário.

Mas, de acordo com a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, as diretrizes da Convenção só passarão a valer "mais do que as leis nacionais" a partir da ratificação pelos países. É após a adoção da Convenção que os tribunais passam a se pautar pela norma aprovada.

Junéia espera que durante a Conferência ao menos dois ou três países adotem a Convenção. Isso dá força ao trabalho que precisa ser feito para adoção em outros países, explica.

No Brasil, a luta para que o país, que elegeu Jair Bolsonaro, um presidente de extrema direita, fascista e homofóbico, adote e ratifique a Convenção 190 será árdua, avalia a dirigente da CUT.

"Acredito que será difícil, mas faremos o que for possível, com campanhas de conscientização e pressão junto a parlamentares e governo para que coloquem em suas agendas o tema da ratificação".

A construção da Convenção

Junéia conta que a Convenção começou a ser 'pensada' em 2009, para tratar de casos específicos de violência contra a mulher, mas ao longo desses anos, por pressão de empresários, que também queriam ser incluídos no texto como vítimas, o texto teve que ser alterado para violência de gêneros e não somente de mulheres.

Segundo ela, a alegação dos empresários é que eles podem também ser vítimas de violência, como assédio e ameaças, no mundo trabalho. "Mesmo não concordando com essa justificativa, aceitamos mudar o caráter para violência de gêneros".

Junéia lamenta também que outros grupos não possam ter sido especificados na Convenção como vulneráveis, como trabalhadores e trabalhadoras negras, os LGBT´s e as mulheres que, "historicamente, são trabalhadores que sofrem perseguição no ambiente de trabalho".

"Tivemos que nos conformar em colocar as pessoas vulneráveis como trabalhadores e empregadores para não termos problemas e travarmos o processo. Tivemos de aprovar um texto generalizando os trabalhadores", critica a dirigente.

Em 2014, o tema ganhou destaque na OIT e começou a ser discutido nas conferências da entidade. Em 2017 um grupo formado por especialistas de vários países fez uma análise sobre o que é violência no mundo do trabalho e recomendou que a OIT pautasse a Convenção 190, elaborada de forma tripartite.

Em 2018, foi aprovado um texto preliminar pelo Conselho de Administração da OIT. Este texto foi debatido ao longo dos anos pelos trabalhadores, empregadores e governo e, em comissão formada pela OIT, foi alterado com acordo entre as partes.

O papel da Convenção

A Convenção terá o papel de proteger todos os trabalhadores, do setor público e privado, e casos externos como violências sofridas no caminho do trabalho, ou por decorrência dele.

Um exemplo é o caso de mulheres assediadas em transportes públicos e que precisam de proteção, explica a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT.

"A responsabilidade é de alguém. Seja do Estado ou do empregador, isso será definido caso a caso", diz Junéia.

Diversidade

Junéia lembra também que pessoas LGBT são consideradas vulneráveis por sofrerem violência psicológica, moral e constrangimentos no ambiente de trabalho.

A gente vive numa sociedade predominantemente heteronormativa em que o patriarcado impõe que menino veste azul e menina veste rosa. E quando as pessoas saem dessa 'caixinha', são violadas em seu direito de ser o que querem- Junéia Batista

Até mesmo na Conferência o preconceito esteve presente: países africanos, além de Rússia e Bielorrússia, ameaçaram deixar o plenário caso o termo LGBT fosse incluído no texto.

Mas de acordo com a Convenção 190 da OIT, no mundo do trabalho, a discriminação, as piadas homofóbicas, as chacotas e perseguições a LGBT´s serão consideradas agressões, afirma Junéia.

"As pessoas vão pensar 500 vezes antes de fazerem chacota com a natureza das pessoas".

Mulheres

Mesmo que o texto não tenha sido ideal por não ser específico sobre a violência contra as mulheres, Junéia acredita que a Convenção trará avanços. Ela afirma que "o mundo machista pode começar a ter um outro tipo de comportamento, a partir da divulgação dessa Convenção. E o momento que vivemos nos faz brigar ainda mais para que nosso país ratifique a 190.

Bolsonaro autoriza trabalho aos domingos e feriados



Através da Portaria 604, baixada terçafeira (18), o governo Bolsonaro promoveu uma nova perversidade contra a classe trabalhadora. Atropelando conquistas e direitos de muitas categorias, a medida autoriza o trabalho aos domingos e feriados para vários setores e ramos da economia em que existiam restrições a este respeito obtidas por meio da luta e negociações lideradas pelos sindicatos.

A medida contempla os interesses do empresariado, em mais uma prova de que o atual governo é um capataz do capital que age como feroz inimigo do trabalhador.

Serão prejudicados 78 segmentos de todos os setores e diferentes ramos da economia (29 da indústria, 25 do comércio, 8 de transportes, 4 de comunicações e Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV Presidente da CNTV: José Boaventura Santos Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos Colaboração: Jacqueline Barbosa Diagramação: Jacqueline Barbosa publicidade, 8 de educação e cultura, 3 na agropecuária, além de serviços funerários).

Bolsonaro autoriza trabalho aos domingos e feriados, em caráter permanente, ou regular. O pretexto usado pelo governo é melhorar a oferta de emprego, mas tende a ocorrer apenas o aumento da jornada de trabalho, que pode reduzir os postos de trabalho, além de constranger trabalhadores e trabalhadoras a abrir mão do tradicional dia de folga, que geralmente é dedicado ao convívio familiar e ao lazer.

Os empresários que fazem um forte lobby para impor o trabalho aos domingos e feriados serão os únicos beneficiários desta nova maldade contra a classe trabalhadora.

Fonte: CTB

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF